



Análise bibliométrica das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

Helena Carvalho De Lorenzo¹

Alessandra Santos Nascimento²

Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro³

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida⁴

Resumo: Este artigo apresenta um mapeamento da produção científica sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, a partir da análise bibliométrica da literatura presentes na base Google Scholar. Ao demonstrar a evolução e o perfil bibliográfico dessa produção buscou-se verificar se tais publicações indicam a construção de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, estimular novas teorias e abordagens. Foram analisadas 512 publicações científicas (trabalhos publicados em anais, artigos e livros) presentes na base de dados Google Scholar, no período de 1947 até 2021, vinculadas ao tema. Destacaram-se como resultados principais: a existência de três períodos com relação à evolução do número de publicações sobre o assunto e a presença de autores e temas clássicos. Nas fases mais recentes observou-se grande aumento do número de autores, mas poucos com significativa centralidade e influência sobre os demais. Constatou-se uma dispersão expressiva quanto às temáticas centrais, o que sugere a inexistência de um campo específico relacionado ao estudo das políticas públicas para a agricultura familiar. Por fim, a pesquisa possibilitou um retrato amplo e multifacetado do tema políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; políticas públicas; coletivo de autores; Google Scholar; bibliometria.

BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL

Abstract: This article presents a mapping of scientific production on public policies for family farming, based on a bibliometric analysis of the literature present in the Google Scholar database. By demonstrating the evolution and bibliographic profile of this production, it is verified whether such publications indicate the construction of a collective space capable of socializing the knowledge already accumulated and, at the same time, stimulating new theories and approaches. We analyzed 512 scientific publications (works published in proceedings, articles and books) present in the Google Scholar database, from 1947 to 2021, linked to the theme. The main results were: the existence of three periods in relation to the evolution of the

¹ Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Meio Ambiente da UNIARA e Doutora em Geografia/Organização do Espaço pela UNESP. E-mail: helenadelorenzo@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. Doutora em Sociologia e Especialista em Governança e Novos Arranjos de Gestão pela UNESP. Pesquisadora Senior do Laboratório de Política e Governo da UNESP. E-mail: alesantosnas@gmail.com

³ Professora na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pela UFSCAR e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da Uniara. E-mail: gee.cristina@gmail.com

⁴ Professor e Pesquisador dos Programas de Pós Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da UFSCar e de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-SP Graduação em Engenharia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: manoel77@yahoo.com.br

number of publications on the topic and the presence of authors and classic themes. In the most recent phases, there is a large increase in the number of authors, but few authors have centrality and have great influence on the others. There was an expressive dispersion regarding the central themes, which indicates the inexistence of a specific field of studies, but suggests the beginning of a path to the construction of a collective of authors. Finally, the research made possible a broad and multifaceted portrait of public policies for family farming in Brazil.

Keywords: Family farming; public policy; collective of authors; Google Scholar; bibliometrics.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), de 2012, é uma categoria social muito diversificada, que agrupa uma ampla população e distintas atividades econômicas que compartilham entre si certas características comuns: 1) o lugar onde se trabalha é também onde se mora, no qual as atividades rurais (agropecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo e pesqueira) são as principais fontes de renda da família; 2) as atividades agrícolas podem ser complementadas com outras não agrícolas que se realizam dentro ou fora da unidade de produção familiar (a saber: empregos temporários, prestação de serviços, pequenas agroindústrias, artesanatos etc.), e 3) a referida população apresenta acesso limitado aos recursos de terra e capital. No Brasil, a caracterização deste tipo de agricultura contempla a noção segundo a qual a pequena propriedade rural é definida pela Lei da Reforma Agrária (Lei 8.629/93) como a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais sendo que cada módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, a depender da área total do município.

O termo agricultura familiar ao longo da história agrária brasileira teve diferentes nuances: camponesa, pequena produção familiar, agricultura de subsistência, dentre outras, relacionadas às transformações vividas pelo agricultor familiar moderno e que foram se mesclando com as formas de produção anteriores, por vezes, fortalecendo sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Assim, uma diversidade de aspectos foi sendo incorporada ao conceito e foram surgindo muitos estudos sobre o tema. De fato, os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil são bastante conhecidos, e as especificidades do setor exigiram políticas públicas pertinentes para viabilizar esses pequenos empreendimentos produtivos: promover a fixação do homem ao campo, evitando novos fluxos de êxodo rural, e contribuir para melhor organização do mercado interno e do próprio desenvolvimento nacional. Por outro lado, como se sabe, trata-se de um segmento extremamente importante para a sobrevivência e

reprodução da população e encontra-se presente na própria história da formação da economia e sociedade brasileiras.

No caso do Brasil, os mais conhecidos estudos sobre a produção familiar mostraram que a mesma se contrapôs ao modelo fundiário hegemônico que, desde da época colonial, esteve calcado na posse da terra pelo latifúndio, abarcando uma maior proporção das terras. Esta forma de ocupação de caráter bimodal manteve uma estrutura agrária com unidades produtivas de diferentes dimensões territoriais e de racionalidades socioeconômicas distintas, com a primazia da ocupação da maior parte do estoque nacional de terras pelo patronato latifundiário, caracterizando uma situação de concentração fundiária (ABRAMOVAY, 2007).

Em meados dos anos de 1990 se iniciaram a formulação, a criação e a execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Elas foram propostas para atender as demandas por proteção dos ambientes ocupados pelos pequenos agricultores familiares que, excluídos do processo de modernização, enfrentavam o dilema do êxodo rural e competiam, em níveis desiguais com grandes empreendimentos globais, caracterizados pela lógica do agronegócio. É dessa época, o aparecimento das principais políticas públicas de apoio, ou de fomento, à agricultura familiar que se centraram, principalmente, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na Previdência Social Rural e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (ABRAMOVAY, 2007; ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). A legitimidade dessas políticas também esteve relacionada com a atuação de um conjunto de organizações de movimentos sociais e sindicais, cujas bandeiras centrais foram o acesso à terra e à afirmação da viabilidade econômica da produção familiar. Tais políticas e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos com as mesmas foram muito estudadas em virtude de sua relevância socioeconômica no contexto rural do país, e as contribuições científicas sobre o tema têm sido muito diversificadas, e mesmo dispersas, em razão da própria pluralidade de abordagens que o tema sugere e inclui. Isso constitui um grande desafio para os pesquisadores que iniciam no estudo do tema, notadamente o caso dos autores do presente artigo.

Surgiu, assim, a necessidade de conhecer quais as direções que esses estudos têm apontado, procurando responder as seguintes questões: *se e como* o tema das políticas públicas para a agricultura familiar se configura como um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, instigar novas teorias e abordagens *no Brasil*? Quais são as características da produção acadêmica e o perfil dos estudos sobre a temática *no país*? E quais são seus principais temas e expoentes *nacionais*?

Visando responder às questões formuladas, o trabalho *realizou uma análise bibliométrica* na base de dados Google Scholar sobre a produção científica acerca

da temática das políticas públicas para a agricultura familiar **no Brasil**. Como objetivos específicos, este artigo buscou traçar um perfil e a evolução dos estudos ao longo do tempo, identificar as características dos pesquisadores e de sua produção, e **apontar** as principais revistas que **trataram** do tema.

O artigo foi estruturado em três seções, além da presente introdução. Na segunda seção, denominada de metodologia, buscou-se explicar as características da pesquisa bibliométrica realizada. Na terceira seção foi apresentado um quadro da evolução das publicações científicas identificadas pela pesquisa ao longo do período de 1947 a 2021, bem como os autores e as temáticas priorizadas. Esta seção encontra-se organizada nos seguintes tópicos: 3.1) trajetória das publicações e contribuições ao tema; 3.2) formação de redes, temas e influências; e, 3.3) origem dos pesquisadores, tipos de publicação e periódicos. E, na seção 4, considerações finais, destaca-se a identificação de uma tendência nas publicações ao longo do tempo: a evolução do tema a partir dos estudos clássicos para a predominância de produção de artigos sobre as relações entre Estado e sociedade civil. Também foram identificados um número elevado de publicações e de autores e uma dispersão expressiva quanto às temáticas centrais, além de apontar alguns problemas e sugestões sobre como trabalhar com a base de dados Google Scholar em investigações com viés bibliométrico.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa uma vez que buscou caracterizar o estado da arte em relação a tópicos e teorias discutidos, além das tendências observadas. E, um viés quantitativo, posto que identificou a recorrência de autores, revistas e temas. Tal investigação seguiu tanto a lógica descritiva quanto a explicativa, que foram viabilizadas pela pesquisa documental e pela estratégia bibliométrica. Ressalta-se que esta estratégia incidiu na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever determinados aspectos da literatura. Logo, sua principal finalidade consistiu em mapear a **produção dos** autores; identificar instituições e áreas de conhecimento, bem como o fator de impacto dos periódicos (FERREIRA; ALVARENGA, 2011). Desse modo, tal estratégia possibilitou esclarecer os processos de comunicação e de desenvolvimento da referida temática, ao demonstrar sua evolução e utilização histórica **no Brasil**.

A escolha da base Google Scholar se deveu à importância de a mesma enfatizar autores nacionais e, assim, possibilitar a identificação e o potencial para a constituição futura de uma nova área de estudos. Na realidade, antes de efetuar a opção pela base Google, outras bases foram investigadas tais como Scopus e Web of Science. Tal investigação constatou que estas bases não contemplavam de forma

satisfatória a presença de pesquisadores nacionais sobre a referida temática, o que, em si, já se constituía como um indicativo de sua inadequação para a proposta da investigação. Isto, somado a inexistência de estudos que explorem a base Google para investigações bibliométricas nesta temática justifica a escolha desta base.

Outra justificativa para a referida seleção consistiu no número elevado de publicações que ela contém. Tal base também se caracteriza por assegurar um acesso mais democrático, seja ao propiciar o resgate de artigos científicos em toda a web, seja ao ter como alguns de seus atributos a simplicidade, a rapidez e a amplitude na obtenção das informações (PUCCINI *et al.*, 2015).

Contudo, se por um lado, a escolha da base Google foi importante para a perspectiva adotada, pois ressalta a produção nacional, por outro lado, cria novos desafios, dado que esta base não foi estruturada para a realização de estudos bibliométricos. Ou seja, encontra-se na contramão de bases como Scopus e Web of Science. Com esta característica, o trabalho investigativo na base Google enfrentou alguns problemas, dentre os quais, a dificuldade para delimitar as palavras-chave, isto é, os conceitos e/ou expressões que seriam utilizados nas buscas, visto que haviam duas opções: ou se efetivava buscas sem filtros, o que resultaria num número elevado de retornos, ou se abordava a localização dos termos nos títulos das publicações, o que poderia limitar o alcance dos resultados. Ainda que correndo algum risco, optou-se por utilizar como filtros as palavras-chave localizadas nos títulos das publicações.

Como palavras-chave foram utilizados os termos: “Agrarian Reform policy”; “family farm policy”; “family farming policy”; “Políticas agricultura familiar”; “Políticas públicas agricultura familiar”; “Public policies family farm”; “Public policies family farming”, e “Reforma agrária políticas públicas”, presentes nos títulos das publicações. Estas expressões foram empregadas com o intuito de conjugar políticas públicas e agricultura familiar em uma mesma área de estudos, desta forma, buscou-se variações terminológicas capazes de propiciar tal combinação. Foram usadas expressões em português e inglês por dois motivos, o primeiro, para alcançar as publicações dos pesquisadores brasileiros; e, o segundo, por consistir num procedimento já adotado por muitas revistas em âmbito nacional e internacional.

Para a presente investigação, foram considerados os seguintes tópicos de um estudo bibliométrico: 1) identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área; (2) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; (3) prever as tendências de publicação; (4) estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica; (5) prever a produtividade de autores individuais; (6) medir o grau e padrões de colaboração entre autores; (7) avaliar os aspectos estatísticos da

linguagem, das palavras e das frases; e, por fim, (8) medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas (VANTI, 2002).

Esta pesquisa também se apoiou em três leis principais para os estudos bibliométricos: a Lei do quadrado inverso desenvolvida em 1926 por Lotka (Alvarado,2002), que se refere ao cálculo de produtividade de autores, ou seja, que estima quantos autores estão produzindo pouco material científico e quantos estão produzindo muito; a Lei de Bradford, que trata da dispersão de autores em diferentes periódicos científicos, com o objetivo de determinar em qual periódico, ou quais periódicos, se concentram os artigos sobre determinada área; e a Lei de Zipf, que diz respeito à frequência de palavras em determinado texto. A partir desse procedimento foi formulado o princípio da economia do uso de palavras, sendo que a mesma palavra foi utilizada diversas vezes indicando o assunto do documento (ARAÚJO, 2006).

Com base nessas considerações, foi definida a sequência de etapas para a execução da análise bibliométrica deste trabalho:

1. *Delimitação do processo de localização de arquivos: escolha da base, palavras-chave e período de pesquisa.* A busca no banco de dados não foi limitada por uma série temporal, logo, propiciou uma identificação da evolução cronológica e da maturidade linear das publicações, o que indicou a expansão ou retração do estado da arte. Ressalta-se que, considerando o enfoque do artigo, ou seja, as políticas públicas para a agricultura familiar como um campo de estudos, optou-se que os filtros das palavras-chave contivessem sempre os termos políticas ou políticas públicas, em português ou inglês, no título dos artigos. O levantamento realizado deixou de incluir alguns temas que são importantes para o estudo da agricultura familiar, tais como camponês e campesinato em virtude do entendimento que o conceito de agricultura familiar já era amplo o suficiente para contemplar as importantes produções sobre pequena produção e camponês no Brasil.

Salienta-se que foram coletadas todas as publicações, em todos os tipos de documentos, tais como, artigos científicos, artigos de opinião, trabalhos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros, dentre outros, do banco de dados da base Google.

Seguindo os critérios mencionados anteriormente foram identificadas 1250 publicações. Contudo, após o refinamento da pesquisa permaneceram 512 publicações, já que os arquivos ora estavam duplicados ou com acesso impossibilitado.

2. *Exportação dos registros.* O resultado das buscas bibliográficas foi exportado e carregado na ferramenta de gerenciamento de referências bibliométricas EndNote, gerando um conjunto único com todas as publicações. Esse software, gerenciador

de bibliografias para publicação científica, permitiu pesquisar, armazenar e organizar as referências bibliográficas recolhidas em bases de dados credenciadas (YAMAKAWA *et al.*, 2014).

3. *Refinamento de critérios de seleção.* Nesta etapa do desenvolvimento da pesquisa foram aplicados os seguintes procedimentos: a) exclusão de publicações sem autoria; b) supressão de publicações duplicadas, ou seja, eliminação de textos que foram localizados em mais de uma busca; e, c) remoção de publicações cujos os textos completos não estavam disponíveis para download. Aplicados os critérios de refinamento da seleção resultaram as 512 publicações mencionadas.

4. *Padronização dos dados.* Para garantir a consistência das informações provenientes das diferentes fontes de dados foi necessária a normalização dos resultados. Ressalta-se que o Google Scholar não apresenta metadados codificados para a análise bibliométrica. Ao exportar os resultados da pesquisa para o gerenciador de referência, demandou-se um exaustivo trabalho artesanal de consolidação dos metadados. Desta forma, foi feito o preenchimento manual de informações faltantes dos autores (exemplos: nome, sobrenome, afiliação e localização da instituição), dos artigos (exemplos: ano de publicação, idioma, tipo de documento, local de publicação, resumo e principal temática, ou temáticas), das referências citadas (exemplos: autor, ano, título do trabalho) e as palavras-chave. Este procedimento manual, apesar de trabalhoso, garantiu a padronização e a consistência das informações presentes nas publicações anteriormente selecionadas para a realização das análises.

6. *Análise dos dados.* Após a padronização de todos os dados, foi possível realizar operações de análise com rapidez e precisão nas 512 publicações. Os dados bibliométricos retirados das publicações foram: quantidade de publicações por ano; e tipos de fontes de publicação, se eventos ou periódicos. Já dos autores foram selecionados: a quantidade; as instituições de vínculo, e os países de origem. As informações coletadas possibilitaram, por exemplo, a identificação dos principais autores. As referências citadas nos artigos constituíram outra fonte importante de informação analisada. Elas possibilitaram identificar as bases conceituais que fundamentavam os trabalhos. Essa identificação foi propiciada pelo software VOSviewer@ que permitiu a elaboração das figuras presentes neste artigo. Salienta-se que o tratamento das referências só foi possível pelo download dos materiais completos, o que permitiu a leitura de todo o material levantado.

Finalmente, com vistas à verificação do perfil desses autores e seus colaboradores, foram sinalizadas algumas questões sobre as relações de influência dos pesquisadores principais para a atração de novos pesquisadores, sobretudo buscou-se destacar as possíveis relações de autoridade e de ligação científica.

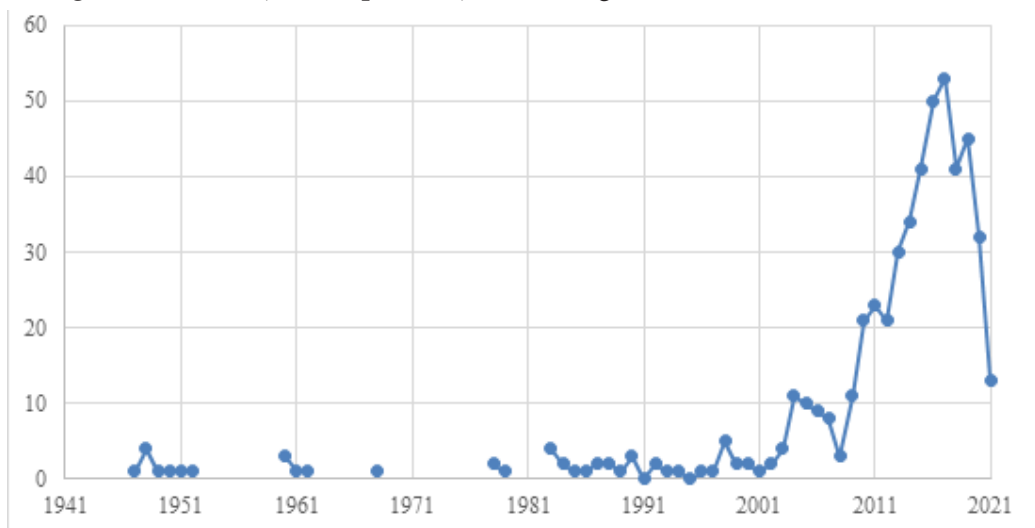
Ainda nesse caminho, foi necessário identificar as instituições científicas que cada um dos principais expoentes participa, sua área de formação e interlocução com o tema.

RESULTADOS

TRAJETÓRIA DAS PUBLICAÇÕES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Segundo os dados apurados nesta pesquisa, expressos na Figura 1, pode-se observar a evolução do número de estudos publicados, de 1947 até 2021, que contemplam o tema das políticas públicas para a agricultura familiar. Considerando a quantidade das publicações, seus temas e contribuições foi possível identificar a existência de três períodos: de 1947 a 1970; de 1970 a 1990, e de 2000 até 2021.

Figura 1 – Evolução das publicações ao longo dos anos de 1947 a 2021.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Embora esta divisão não signifique rupturas no enfoque, pois, por vezes, tais períodos se interpõem, ela expressa mudanças na evolução e na importância das políticas para agricultura no desenvolvimento brasileiro e também na temática da agricultura familiar. Se o aumento do número das publicações a partir de 2000, como se buscará mostrar, pode ser explicado pela ampliação das próprias políticas públicas em caráter nacional, a queda do número das publicações, a partir de 2017, requer outras investigações para ser devidamente explicada. No entanto, é possível sugerir que a redução e o desmonte das políticas para a agricultura familiar, observados, principalmente, após 2019, e a pandemia da covid-19, além de

apresentarem novos desafios para a articulação dos grupos de estudiosos sobre a temática, geraram atrasos nas publicações e expressaram uma diminuição do interesse governamental pelas políticas para agricultura familiar no país.

As primeiras publicações foram empreendidas entre os anos de 1947 e 1970 e surgiram como resultado do trabalho incansável de intelectuais dedicados à análise do desenvolvimento econômico brasileiro e da formação social e histórica do Brasil, a exemplo de Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel e Celso Furtado. Os primeiros artigos e estudos sobre o tema estavam voltados aos autores clássicos como Caio Prado Júnior, considerado um dos principais pensadores sobre a formação da sociedade brasileira. Ele escreveu sobre a questão agrária, entre os anos de 1940 e 1960, argumentando que o modo de produção capitalista, marcado por seu caráter altamente concentrador da renda, promovia e intensificava a carência da maior parte da população brasileira. Dessa forma, o passado colonial do Brasil permanecia vivo e incrustado na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho, características estas que saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do país e determinavam, assim, a questão agrária nacional (PRADO JR., 1966). Já Ignácio Rangel definiu a questão agrária do Brasil a partir de suas funções no processo de acumulação do capital, enfatizando as relações entre campo e indústria na modernização capitalista (RANGEL, 2000). Por sua vez, na obra de Celso Furtado, a emergência da questão agrária se relacionou com a industrialização, considerada o pré-requisito básico para o desenvolvimento econômico do país (FURTADO, 1979). Para esses autores, a temática agrária compreendia uma questão política que dialogava com a luta para obter conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais que atendessem a maioria da população.

Conhecido como “antigo debate”, os estudos surgidos nas décadas supracitadas ficaram marcados pela análise das questões clássicas do papel da agricultura e da pequena produção no desenvolvimento do capitalismo agrário, mas também foi estendido à reflexão sobre suas chances de persistir em face da modernização agrícola, que se desencadeou no país a partir dos anos de 1970, quando a ascensão do agronegócio e a formação dos complexos agroindustriais impuseram uma situação nova à agricultura familiar (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1997; GRAZIANO DA SILVA, 1981, 1996, 1997; DELGADO, 2014).

Os estudos publicados entre os anos de 1970 e 1990, além de reafirmarem as temáticas anteriores, apontaram a atuação dos movimentos sociais e de alguns governantes que, desde meados do século XX, passaram a incorporar a preocupação com o tema, mas ainda voltados à importância da agricultura na formação da nação e superação das desigualdades sociais presentes na realidade brasileira.

Observa-se ainda uma mudança nos títulos dos estudos, os quais passaram a enfatizar políticas sociais e assistenciais (GRAZIANO, 1978; GRAZIANO NETO, 1982; DELGADO, 2008).

Ainda sobre as pesquisas divulgadas no período: elas foram essenciais para que fosse possível entender porque, após décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não apenas não desapareceram no meio rural brasileiro, mas, em muitas situações, conseguiram se fortalecer e desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica. Graziano da Silva (1997) bem como Delgado (2008), estudando as décadas de 1970, 1980 e 1990 apontam que o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar vão depender da implementação de instrumentos adequados de política pública diferenciada e da capacidade das organizações representativas dos agricultores familiares de exercerem algum controle social sobre a execução desses instrumentos, tendo em vista resistir à sua apropriação pelos grandes produtores. De alguma forma, os resultados diversos observados nas publicações mostram a importância das políticas públicas específicas, que só vão surgir no final dos anos de 1990.

No decorrer dos anos 2000, os estudos dão forte ênfase às relações entre Estado e sociedade civil, incluindo análises das políticas públicas para a agricultura familiar que começam a surgir e se consolidar. Este último aspecto se reflete no aumento gradual de suas publicações. Tal impulso quantitativo ocorreu quando as ofertas de políticas públicas com enfoque na agricultura familiar se expandiram. Esta ampliação do escopo das publicações contemplou as várias nuances dessas políticas como a segurança alimentar, a sustentabilidade, o crédito, o gênero, a educação, a moradia, a diversidade da produção, as compras institucionais, inclusão produtiva, entre outros. Esses novos enfoques evidenciam a importância de lançar luz sobre essa temática pela perspectiva das políticas públicas, posto que estas se tornaram instrumentos essenciais do Estado para o prosseguimento e a sobrevivência das formas diversas de agricultura familiar no país, frente ao desenvolvimento recente e avassalador do agronegócio e suas consequências territoriais.

Na Figura 2, há a identificação dos principais temas presentes nas publicações relacionadas às políticas públicas para a agricultura familiar. Já o recorte temporal, de 2010 a 2021, expressa a diversidade e o crescimento dos temas. Nas publicações foram observados três núcleos temáticos principais, respectivamente: agricultura familiar, reforma agrária e política pública. Entretanto, a agricultura familiar ainda é o tema central dos estudos, agregando o maior número de autores e investigações. O que também se observa é que, embora atualmente mais desenvolvida e presente nos artigos, a preocupação com as políticas públicas para a agricultura familiar está inteiramente inserida no grande tema da agricultura familiar, sendo recorrentes

Os estudos sobre o tema da construção social dos mercados e programas de recorte social e assistencial também ganharam importante projeção nacional e internacional, servindo de exemplo a ser “replicado” ou “exportado” para outros países (NIEDERLE, 2014; ABRAMOVAY, 2009; WILKINSON, 2005; MALUF, 2004). Após romper com importantes barreiras institucionais, como a Lei de Licitações, o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar. Foram fundamentais neste caminho, a mudança no PNAE e a criação da Lei nº 11.947/09 que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar fossem destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (NIEDERLE, 2014; ABRAMOVAY, 2007, 2005; WILKINSON, 2005; MALUF, 2004).

Um outro aspecto que suscitou diversas investigações e resultou em publicações sobre as políticas para a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), surgido em 2004. Visando estimular a produção e compra de oleaginosas da agricultura familiar, além de promover a produção de oleaginosas geradoras de biodiesel via política agrícola (crédito rural, Ater e seguro agrícola), o Programa instituiu o selo “combustível social”, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵, ao produtor de biodiesel que adquirisse a matéria-prima e assegurasse a assistência técnica aos agricultores familiares beneficiando-se, em contrapartida, de financiamentos e incentivos comerciais e fiscais. Ainda que bastante controverso do ponto vista da segurança alimentar e da questão ambiental, sobretudo pelo fato de concentrar-se no uso da soja como matéria-prima, a produção de biodiesel incrementou os mercados para a agricultura familiar e suas organizações, gerando, inclusive, inúmeros estudos sobre o tema (FLEXOR; KATO, 2014).

Outra dimensão muito presente nos artigos levantados sobre as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil foram os estudos sobre os efeitos das ações de comercialização, ressaltando a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os produtos da socio biodiversidade (PGPM-Bio) em 2008. Por meio da Lei nº 11.775/08, estabeleceu-se a modalidade de subvenção direta, que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo governo federal. Diferente do PAA e do PNAE, não se trata de aquisições pelo poder público, mas de uma complementação financeira repassada diretamente aos extrativistas, ou a suas organizações, até atingir o preço mínimo de comercialização. O tema foi amplamente contemplado em estudos divulgados depois de 2010.

⁵ O MDA foi extinto em maio de 2016, criou-se em seu lugar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Assim, a pertinência e a necessidade de participação do Estado por meio de políticas públicas passaram a ter uma nova tônica nas pesquisas, as quais sem desconhecer a importância da questão agrária, e da própria reforma agrária, passaram a apresentar forte demanda por abordagens mais específicas sobre o papel e as respostas das políticas implementadas.

Mantendo aderência à análise qualitativa, propiciada pela análise de conteúdo dos títulos, resumos e palavras-chave, inspirada no trabalho de Bardin (2011), confirma-se outro aspecto interessante na investigação bibliométrica realizada. Segundo esta, antes dos anos de 2000, as pesquisas giravam em torno da temática da reforma agrária e do desenvolvimento nacional, destacando-se a importância da ampliação da produção e o enfoque na questão do campesinato e do crédito rural. Com o passar dos anos, principalmente a partir de 2000, ampliou-se o uso gradativo e constante da terminologia agricultura familiar, a qual foi fortalecida pela legislação proposta na Lei nº 11.326/06. Tal utilização evidencia um reflexo da aderência do campo prático ao campo teórico.

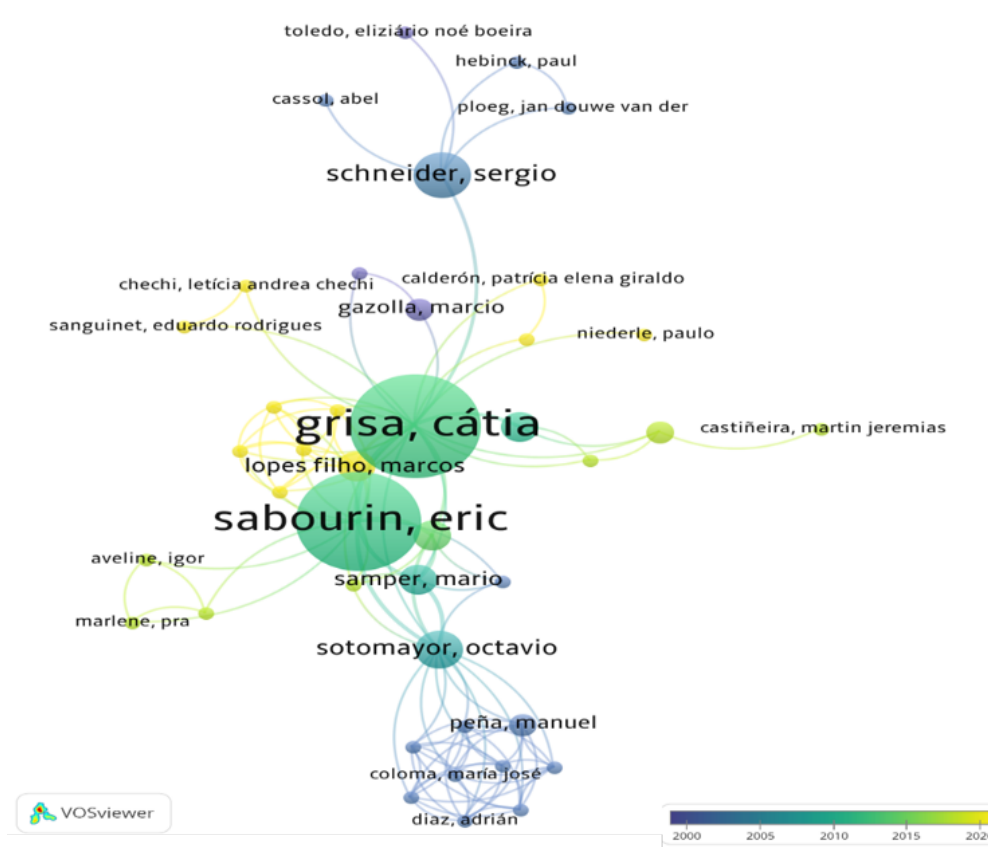
FORMAÇÃO DE REDES DE PESQUISADORES: INFLUÊNCIAS E INTERDISCIPLINARIDADE

Os dados levantados também possibilitaram a identificação de redes de autores que mais publicaram e dos trabalhos em coautorias, com títulos relacionados à temática das políticas públicas para a agricultura familiar. A **Figura 3** evidencia os autores nacionais que mais agregam pesquisadores, formando uma rede de interseção das pesquisas entre políticas públicas e a agricultura familiar. As contribuições destes intelectuais contemporâneos apontam um novo rumo para os estudos de políticas para a agricultura familiar no Brasil, por incluir metodologias específicas para o estudo das políticas públicas, principalmente relacionadas à gestão, implementação e avaliação das políticas. Suas investigações se destacaram pela ressignificação teórica e metodológica do tema. Esses estudiosos mostraram avanços significativos em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo de pesquisadores denominado agricultura familiar, especialmente no que concerne ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social. Suas pesquisas apontaram para a importância do Estado e das políticas específicas para os diversos tipos de estabelecimentos familiares, permitindo o desenvolvimento de distintas estratégias de uso da terra, e dos demais meios de produção, para alcançar a reprodução social e gerar excedente econômico que possa assegurar receitas adequadas.

A leitura das publicações e a análise de seus resumos, palavras-chave e citações, observadas na **Figura 3**, revelam também que alguns autores são citados de forma recorrente por um número expressivo de trabalhos, de 2000 a 2021. Ou seja,

autores como Sergio Schneider, Eric Sabourin, Catia Grisa e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco são referências compartilhadas no conjunto de publicações submetidas à análise bibliométrica. O tamanho do rótulo e do círculo significa o peso deste, neste caso, o quão citado é o nome do autor. Já a cor é para representar a que cluster o nome pertence, isto é, para expressar um conjunto de autores que possui alguém em comum. Pela coloração observada na Figura 3, pode-se apontar os autores que têm maior centralidade na formação de redes de pesquisadores.

Figura 3 – Autores que mais atraem pesquisadores para a temática.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Nesta direção, frente ao significativo aumento da produção científica relativa ao tema das políticas públicas para a agricultura familiar, a partir dos primeiros anos do século XXI, foi possível constatar a constituição de uma rede de autores organi-

zados em diferentes grupos de pesquisa que se caracterizam por uma considerável diversidade institucional.

Autores como Sergio Schneider e Cátia Grisa se destacam tanto pelo número de trabalhos, quanto em função do número elevado de citações dos seus trabalhos no material publicado pela rede de pesquisadores da agricultura familiar. As citações e indicações identificadas pelo presente estudo corroboraram a preocupação destes intelectuais em estabelecer diferentes períodos e contextos, inclusive, de reconhecer a existência de três gerações, ou referências, de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Vale um destaque especial para o estudo de Grisa e Schneider que, já em 2014, apontava para a existência de três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar, sendo a primeira pautada pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social; a segunda focada em políticas sociais e assistenciais, e, a terceira, pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental. Também na análise destes autores, destacam-se as relações entre Estado e sociedade civil que se modificaram e se complexificaram ao longo do tempo. Para eles, as três gerações e as diversas formas de relacionamento entre sociedade civil e Estado seguem e coexistem em arenas públicas até hoje (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Ao terem suas publicações sendo referenciadas, de forma reiterada por outros pesquisadores desta rede, inclusive pelo presente estudo, é possível sinalizar que o tema tem gerado a criação de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, estimular críticas, retificações e acréscimos e, com isso, fortalecer as abordagens já propostas. Contudo, apesar de numerosos estudos identificados na rede, não se observa uma tendência nova, mas o fortalecimento das proposições já levantadas no estudo de Grisa e Schneider (2014).

Outras lentes para a verificação das influências da temática foram apresentadas por Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Guilherme Costa Delgado. Eles analisaram a predominantemente a relevância da presença do Estado e das políticas públicas, dado que a agricultura familiar brasileira representa um segmento importante do setor rural, sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos do país e também pela manutenção dos agricultores no campo. Diante deste diagnóstico, tais estudiosos enfatizaram a importância de direcionar políticas públicas específicas para essa categoria de produtores. Seus estudos incentivaram outros autores, a exemplo de Octavio Sotomayor e Mario Samper, responsáveis por diversas investigações com novas abordagens, principalmente com estudos comparados sobre as políticas para a agricultura familiar entre países latino-americanos.

De um outro ponto de vista, considerando a citação como um indicador prático da comunicação científica, que indica os pesquisadores de maior impacto, isto

é, aqueles que formam as novas gerações e também constroem novas hipóteses, conceitos e teorias numa área, nos termos apontados por Altafin, (2007) e Vanz e Caregnato (2003), os resultados obtidos sinalizam, principalmente, os trabalhos de autoria de Sergio Schneider, Eric Sabourin, Cátia Grisa, Flávio Sacco dos Anjos, Octavio Sotomayor, Valdemar João Wesz Junior, Federico Villarreal, Guilherme Costa Delgado e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. Ao serem referenciados entre si e também por uma rede de pesquisadores, que atua de forma eventual na temática das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, confirmam a existência de um processo de construção de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos, estimulando críticas, retificações e acréscimos e, com isso, fomentar a criação de novas categorias e abordagens sobre esta temática.

Apesar de forte concordância entre os diversos estudos sobre os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar, há também a ocorrência de divergências expressas nas mesmas pesquisas, principalmente sobre os caminhos para responder as demandas dos agricultores familiares e dos atores sociais envolvidos. Na visão de parte dos estudiosos, o fato de as demandas de tais atores ainda não terem sido inteiramente atendidas impõe a necessidade de realizar novas mobilizações sociais, mesmo que as políticas tenham se ampliado e novos instrumentos e estratégias de ação tenham se expandido (DIESEL; NEUMANN, 2012; SILVA; SCHMITT, 2012).

Do ponto de vista metodológico, os estudos pesquisados refletem a interdisciplinaridade do tema pelo uso de referenciais teóricos sociológicos, geográficos ou históricos, de natureza mais abstratos, quanto pela presença marcante de metodologias mais pragmáticas com forte ênfase no uso da análise de ciclos de políticas públicas, fases do ciclo, particularmente, voltadas para a etapa da implementação. Há forte presença de estudos de caso para avaliação das políticas públicas, tendo como marco teórico os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade. Tais estudos passaram a abarcar o conteúdo e o impacto da política na dinâmica da agricultura familiar em situações específicas, por meio de análises de casos únicos ou comparados. Também foram observadas publicações que investigaram a avaliação da produtividade, das estratégias de comercialização, da implementação de práticas sustentáveis, sob o ângulo da agricultura familiar, e sua interface junto às questões econômicas, sociais, culturais, associativistas e ambientais.

SOBRE OS PESQUISADORES: ORIGEM INSTITUCIONAL, TIPOS DE PUBLICAÇÃO E PERIÓDICOS

Interessante observar que poucos autores publicam mais de uma vez. Algumas especificidades da produção teórica dos autores ficam evidenciadas no Quadro 1.

Apurou-se nos 512 textos analisados, que dos 721 autores que publicaram na área, 88,9% o fizeram apenas uma única vez, 8% apresentaram dupla recorrência de publicação e 2% tripla recorrência.

Quadro 1 – Detalhamento do número de recorrência dos 721 autores em 512 textos analisados.

Recorrência	Frequência	Representatividade
Recorrência una	641	88,90%
Dupla recorrência	58	8,04%
Recorrência tripla	14	1,94%
4 Recorrências	3	0,42%
5 Recorrências	2	0,28%
6 Recorrências	1	0,14%
Altíssima recorrência (<13)	2	0,28%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Assim, embora exista um número relativamente grande de estudiosos na rede, apenas oito autores publicam sistematicamente, colaborando para legitimá-la e assumindo uma posição central nos debates e abordagens propostos. São eles: Sergio Schneider, Eric Sabourin, Cátia Grisa, Flávio Sacco dos Anjos, Octavio Sotomayor, Valdemar João Wesz Junior, Federico Villarreal, Guilherme Costa Delgado e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.

Observa-se assim, que, de um lado, há pesquisadores cujas publicações se caracterizam por uma alta capacidade de influenciar novos trabalhos, o que pode ser percebido por intermédio do número de citações que recebem, salientando que uma das formas de mensurar o impacto das publicações científicas é por intermédio da citação (GLÄNZEL, 2003). Tais estudiosos são retratados aqui como especialistas e influenciadores, ou seja, como teóricos extremamente dedicados ao assunto e que publicaram mais de quatro vezes, conforme pode ser consultado no Quadro 1, promovendo a formação de um novo subcampo, ou de uma nova área de estudos. De outro, há um grande número de pesquisadores eventuais na temática. Tais autores são intelectuais experientes que, ao longo de suas trajetórias acadêmicas, perpassaram pelas áreas de políticas públicas e agricultura familiar. Isso seria um indicativo da interdisciplinaridade da temática de políticas públicas para a agricultura familiar. Ao observar tais achados, é possível supor que o tema das políticas públicas para a agricultura familiar possa ser caracterizado como pertencente a ambos os campos: o da agricultura familiar e o das políticas públi-

cas. Isto sugere a transversalidade da temática e propõe um caminho para explicar a diversidade metodológica nos estudos de avaliação de tais políticas. Também se observou um grande número de autores que só publicam uma vez e não retornam ao campo.

O Quadro 2 nos possibilita apresentar os vínculos institucionais dos intelectuais que mais publicaram na temática, nas duas primeiras décadas do século XXI, e apontar que a interdisciplinaridade é um atributo da temática das políticas públicas para agricultura familiar. Este apontamento é corroborado pela pluralidade que emerge das áreas de formação dos intelectuais que compõem essa rede, conforme podemos aferir no Quadro 2: Geografia Rural e Política, Ciências Sociais, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Sociologia, Relações Internacionais, História, Agronomia, dentre outras. Possivelmente, pesquisadores de outros campos de estudos, ou mesmo pesquisadores já destacados no campo da agricultura ou da agricultura familiar, migram e/ou incorporam o campo das políticas públicas, criando uma área de interface.

Quadro 2 – Autores que mais publicaram e seus vínculos institucionais (2000-2021).

Autores	Número de publicações	Nacionalidade	Área de formação	Instituição de vínculo
Arzeno, Mariana Beatriz	3	Argentina	Geografia rural e política	Facultad de Filosofía y Letras-Universidad de Buenos Aires
Caldas, Nádia Velleda	3	Brasil	Ciências Sociais	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (UF-Pel).
Campos, Ana Paula Teixeira de	3	Brasil	Comunicação Social	Universidade Federal de Viçosa, UFV – Departamento de Administração Pública
Fernández, Lisandro Federico	3	Argentina	Ciências Sociais	Universidad Nacional De La Plata / Facultad De Cs. Agrarias Y Forestales / Departamento De Desarrollo Rural
Flexor, Georges Gérard	3	França	C i ê n c i a s Econômicas	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar.
González, Fernando	3	Argentina	Sociologia	Universidad de Buenos Aires
Le Coq, Jean-François	3	Costa Rica	Engenheiro Agrônomo	Centro Internacional de Agricultura Tropical: Cali, CO

Quadro 2 – Autores que mais publicaram e seus vínculos institucionais (2000-2021)
(cont.).

Lopes Filho, Marcos	3	Brasil	Relações Internacionais	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Ribeiro, Dinálva Donizete	3	Brasil	Geografia	Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Setor de Desenvolvimento Rural
Samper, Mario	3	Costa Rica	História	Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA
Schmitt, Claudia Job	3	Brasil	História	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Silva, Danielle Wagner	3	Brasil	Engenharia Agrônoma	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) - Desenvolvimento Rural
Silva, Sandro Pereira	3	Brasil	Ciências Econômicas	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de	3	Brasil	Agronomia	Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri/Unicamp
Anjos, Flávio Sacco dos	4	Brasil	Agronomia	Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Agronomia
Sotomayor, Octavio	4	Chile	Engenheiro Agrônomo	CEPAL
Wesz Junior, Valdemar João	4	Brasil	Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Villarreal, Federico	5	Brasil	Economia e Administração social	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira	5	Brasil	Agronomia	Universidade Estadual de Campinas
Schneider, Sergio	6	Brasil	Sociologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sabourin, Eric	14	Brasil	Engenheiro Agrônomo	Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével
Grisa, Cátia	15	Brasil	Engenheiro Agrônomo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Outro resultado observado diz respeito ao tipo de publicação encontrada. Verifica-se, na Figura 4, que 41% dos textos foram apresentados em modelos de artigos científicos e 23% em monografias, principalmente, dissertações e teses.

Figura 4 – % Tipos de publicação.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A preponderância de publicações em artigos demandou uma análise dos periódicos que os publicaram. Constatou-se alta pulverização das revistas, uma vez que 80% dos periódicos concentram 57% das publicações. Detalhando ainda mais, percebe-se que apenas 4% dos periódicos reúnem 17% das publicações, e, que, os outros 16% dos periódicos representam 26% das publicações restantes.

Dentre os 4% dos periódicos, que reuniram 17% das publicações, as principais revistas foram: Revista de Economia e Sociologia Rural; Revista Extensão Rural, DEAER – CCR; Cadernos de Agroecologia; Estudos Sociedade e Agricultura; Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas, e Redes (Santa Cruz do Sul. Online). Tal qual especificado no Quadro 3, tais revistas veiculam tanto os autores clássicos do campo de agricultura familiar como os do subcampo, isto é, os das políticas públicas para a agricultura familiar.

Quadro 3 – Detalhamento dos periódicos que mais concentraram as publicações.

Periódicos com maiores concentrações	Qualis Uni- ficado	Representação no to- tal de publicações
Revista de Economia e Sociologia Rural	A3	4,6%
Revista Extensão Rural, DEAER – CCR*	B3	3,4%
Cadernos de Agroecologia	B3	2,3%
Estudos Sociedade e Agricultura	A3	2,3%
Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômi- cas	A4	2,3%
Redes (Santa Cruz do Sul. Online) *	A3	2,3%

* Nota: Não foi possível confirmar a alteração do Qualis 2019.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível observar que a temática das políticas públicas para a agricultura familiar apresenta certa potencialidade para a construção de um novo agrupamento acadêmico, conforme sugere o texto de Kuhn (1970), ao tratar da formação do conhecimento científico. Este autor expôs que tal agrupamento não se desenvolve em uma linha contínua e acumulativa, mas que avança em saltos qualitativos derivados de questionamentos sobre a validade de princípios, teorias, conceitos básicos e procedimentos metodológicos. De acordo com Kuhn (1970), é fundamental considerar a atuação e a influência dos grupos que integram a comunidade científica. Com isso, este estudioso chama a atenção para o processo de formação de novos pesquisadores e de socialização do trabalho científico, o que é considerado por Bourdieu (1973), em outro registro, como a semente de um novo campo.

Os dados levantados pela pesquisa, como se buscou mostrar, apontam para a existência de um tema que, tendo sua raiz em autores seminais e clássicos, mais recentemente vem se conformando como um novo **espaço** de conhecimento científico com o surgimento de novos estudos e novos autores, que têm legitimado o tema. Desse modo, a rede de autores que se forma sinaliza a importância dos grupos de pesquisa para o funcionamento, manutenção, descobertas e legitimidade da área de política pública para a agricultura familiar na comunidade científica brasileira.

Os procedimentos metodológicos adotados asseguraram a identificação de tendências e aumento do conhecimento sobre a referida temática que, tendo se

iniciado em meados do século XX, se expandiu a partir dos seus anos finais em decorrência de o surgimento de políticas específicas para o segmento, apontando, inclusive, a dispersão e o incremento da literatura científica brasileira a partir dos anos 2000.

A pesquisa constatou a formação de uma rede de pesquisadores com elevada concentração em alguns autores, os quais também apresentam considerável capacidade de influenciar nos estudos do tema. Os demais autores da rede, embora possam ter relações com os autores centrais, apresentam publicações ocasionais. Há uma dispersão bastante significativa quanto à origem dos pesquisadores da referida rede, sugerindo a existência de um potencial de ampliação de tais estudos por várias universidades no Brasil e no exterior.

No que se refere às características das publicações analisadas é importante destacar a forte presença da interdisciplinaridade. Esta última se expressou seja por meio da pluralidade que emerge das áreas de formação dos intelectuais que compõem essa rede de pesquisadores, seja por intermédio da riqueza de seu conjunto temático. Ou seja, por englobar conceitos e abordagens tão distintas como desenvolvimento sustentável, extensão rural, pluriatividade, comercialização e mercados institucionais, desenvolvimento local, previdência, autonomia e agroindústria, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), assentamentos rurais, políticas agrícolas, extensão rural, agricultores familiares, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é que os indicadores investigados na base são relevantes para visualizar a contribuição científica nacional. Desse modo, o recurso metodológico da análise bibliométrica possibilitou a visualização do conjunto da produção científica produzida pelo e no Brasil sobre a temática, a sua inserção, interlocução e impacto em âmbito nacional. No que tange a esfera internacional isso ficou sinalizado pelos vínculos institucionais sintetizados no Quadro 2 deste artigo.

No decorrer da pesquisa percebeu-se a importância da citação e da coautoria como estratégias de incremento da produção científica. Contudo, o artigo não apresentou o emprego da análise de coautoria, que fica como uma sugestão para estudos futuros. É sabido que este tipo de investigação pode apontar prováveis linhas de pesquisas existentes no campo das alianças entre os pesquisadores, e também, entre as instituições as quais estes se encontram vinculados.

Por fim, cabe ainda mencionar que os resultados obtidos contribuíram para mapear o conhecimento disponível sobre a temática de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, além de representarem um ponto de partida para os estudiosos encontrarem pistas para as respostas que ainda não tenham sido dadas

no referido subcampo. Tais resultados também demonstraram que a escolha de determinadas palavras-chave tem funcionado como um filtro que pode limitar ou potencializar encontrar os expoentes presentes na literatura especializada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, N. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidaria**. Campinas: Alinea, 2007.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M-G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALVARADO, Rubén URBIZAGÁSTEGUI. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da informação**, v. 31, p. 14-20, 2002.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/ CONCEITO % 20 DE % 20 AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

ARAÚJO C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre-RS, v. 12, n. 1, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **Cultural reproduction and social reproduction**. London: Tavistock, 1973.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura: uma leitura do Pronaf: **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 70-82, abr. 1997.

DELGADO N. G. **Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil**. A Experiência das Décadas de 1980 e 1990. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas, julho 2008.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

FERREIRA, A. R.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis**, v. 16, n. 31, p.51-70, 2011.

FLEXOR, G.; KATO, K. **Políticas de Promoção dos Biocombustíveis e Agricultura Familiar: o que sugerem as recentes experiências internacionais?** 2014 (mimeo).

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators.** Bélgica, 2003. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/01%23 Bibliometrics Module KUL BIBLIOMETRICS%20AS%20A%20RESEARCH%20FIELD.pdf](https://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/01%23%20Bibliometrics%20Module%20KUL%20BIBLIOMETRICS%20AS%20A%20RESEARCH%20FIELD.pdf).. Acesso em: 9 de janeiro de 2018.

GRAZIANO NETO, J. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Os desafios das agriculturas brasileiras.** A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, p. 157-183, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. "Antecedentes históricos". In: _____. **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. Difusão, convergência e tradução nas políticas de compras públicas da agricultura familiar no âmbito da REAF Mercosul. **Mundos Plurales-Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 3 n. 2, p. 9 - 30, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Brasil**: dus décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas [recurso eletrônico]. San José, Costa Rica: IICA. San José, Costa Rica, p. 77-111, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez., 2008.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1970. LOTKA, A. J. A distribuição de frequências da produtividade científica. **Jornal da Academia de Ciências de Washington**, v. 16, n. 12 (19 de junho de 1926), pp. 317-323. Publicado por: Washington Academy of Sciences. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24529203>.. Acesso em: 21 jun. 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MÜLLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre-RS, 2007.

NASEER, M. M.; MAHMOOD, K. Use of bibliometrics in LIS research. **LIBRES: Library of Information Science Research Eletronic Journal**, v. 19, n. 2, p. 1-11, sept. 2009.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em RESR, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PUCCINI, L. R. S.; GIFFONI, M. G. P.; FERREIRA, L.; UTAGAWA, C. Y. Comparativo entre as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico com o foco na temática Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda – RJ, v. 10, n. 28, p. 75-82, 2015.

RANGEL, I. A Questão agrária. In: SILVA, J. G. (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SILVA, M. K. S.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia (SP), **Anais...** Águas de Lindóia-SP: ANPOCS, 2012.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, mai./ago., 2002.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez., 2003.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr., 2005.

YAMAKAWA, E. K. *et al.* Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. **Transinformação** [online]. v. 26, n. 2, p.167-176, 2014.